

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.050

## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI

Ana Cristina Rodrigues Pessoa<sup>1</sup>

Keyla Cristina da Silva Machado<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visa discutir os desafios da Educação Especial em Escolas do Campo no município de São João do Arraial-PI. Tem como objetivo geral, analisar os desafios enfrentados na implementação da educação especial nas escolas do campo 6º ao 9º do ensino fundamental, considerando os aspectos pedagógicos, sociais e estruturais das instituições de ensino. Sabe-se que a educação especial é uma modalidade de ensino, que tem a finalidade de assegurar o direito básico e fundamental para todos sem exclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. Trata-se de um levantamento bibliográfico, apresenta-se com foco a pesquisa qualitativa descritiva, e como campo de pesquisa as escolas que atendem alunos do campo. Os aportes teóricos que embasam os escritos tratam-se de Lüdke (1998), Salamanca (1994), Gil (1946), Mantoan (2003), Caldart (2009), Molina (2002), Paulo Freire (1993). Os achados da pesquisa apontam, que a educação inclusiva e especial vem avançando em muitos

1 Graduada do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí- PI; [ana.pessoa@ufpi.edu.br](mailto:ana.pessoa@ufpi.edu.br);

2 Professora orientadora da Licenciatura em Educação do campo, Doutora em Educação, Universidade Federal do Piauí- PI; [keylacrisismachado@ufpi.edu.br](mailto:keylacrisismachado@ufpi.edu.br);

aspectos, mas ainda é nítido que poucos são artigos que falam sobre a temática educação especial nas escolas do campo. Vale ressaltar, que apesar dos avanços, a educação especial ainda enfrenta diversos problemas, principalmente, a falta de professores capacitados, que entrelaçadas diretamente na educação impossibilita a inclusão. Nesse contexto, constata-se que as práticas pedagógicas voltadas a inclusão são fundamentais para uma educação equilibrada, que enfrente e incluam a diversidade existente nas escolas do campo no município.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Escolas do Campo, Diversidade.

## INTRODUÇÃO

A educação especial tornou-se uma pauta amplamente discutida no campo educacional brasileiro, ganhando destaque nas últimas décadas em virtude das lutas por inclusão e equidade. Historicamente, pessoas com deficiência foram marginalizadas e excluídas do convívio social e dos espaços escolares. No entanto, a partir de movimentos sociais e educacionais, a inclusão passou a ser reconhecida como direito fundamental.

Este artigo busca analisar os desafios enfrentados pelos professores que atuam na educação especial em escolas do campo, no município de São João do Arraial-PI, abordando aspectos pedagógicos, estruturais e sociais que permeiam essa realidade. A escolha do tema surge de diversas questões, as quais evidenciam a preocupação com a relevância que se dá à inclusão educacional, ao tempo em que se constata a falta de artigos e ações que abordem as realidades enfrentadas por educadores e alunos nesse contexto.

A lacuna na literatura sobre a Educação especial no contexto das escolas do campo no Piauí, ressalta a necessidade urgente de investigar e propor soluções que melhorem a formação e o suporte aos professores nesse contexto, garantindo uma educação mais inclusiva e de qualidade nas escolas do campo. A interação entre essas duas áreas de estudo demonstra a relevância de discutir e propor soluções para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação nas escolas do campo, garantindo-lhes acesso pleno e igualitário à educação de qualidade.

Este escrito trata-se de um recorte da pesquisa em nível graduação, do Trabalho de conclusão de curso, da Licenciatura em Educação do campo. A questão problema da pesquisa, trata-se de desvelar: Quais os desafios enfrentados pelos professores na educação especial em escolas do campo, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental? Tendo como objeto de estudo, os desafios enfrentados pelos professores na educação especial em escolas do campo. A pesquisa pautar-se nos seguintes referenciais

teóricos: Lüdke (1998), Salamanca (1994), Gil (1946), Mantoan (2003), Caldart (2009), Molina (2002), Paulo Freire (1993).

Assim, o tema não é apenas uma convergência acadêmica e profissional, mas também um compromisso pessoal da pesquisadora em contribuir para a criação de práticas pedagógicas mais inclusivas e específicas às realidades do campo.

Para tanto, tem-se como objetivo geral da pesquisa analisar os desafios enfrentados na implementação da educação especial nas escolas do campo 6º ao 9º ano do ensino fundamental, considerando os aspectos pedagógicos, sociais e estruturais.

Assim, o texto apresenta uma pesquisa que evidencia contrastes históricos da educação especial, apresentando dos avanços até uma abordagem crítica do que ainda não avançou com o passar dos anos, a importância que os movimentos sociais e educacionais têm para estes avanços e nessas lutas.

## METODOLOGIA

A pesquisa ocorreu inicialmente, através de um levantamento bibliográfico e documental de artigos, documentos, leis e decretos que mostrou informações importantes sobre o tema desse trabalho.

Tem o cunho qualitativo descritiva, a qual segundo Gil (1999), apresenta a finalidade descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Dessa forma, as pesquisas têm uma classificação variável para um resultado de dados. Nas palavras de Brandão (2001):

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p.13).

O autor destaca que a pesquisa é a fonte de dados mais eficaz que busca a riqueza de informações capaz de modificar a realidade e traz informações sobre a interrelação com a natureza, destacando a análise de uma realidade. É importante destacar que será utilizado a pesquisa de campo, "A pesquisa de campo é uma abordagem metodológica que envolve a coleta de dados em um ambiente natural, onde os fenômenos estudados ocorrem" (Gil, 2008, p. 45). Esse método ajudara a obter resposta significativa para esse trabalho.

O cenário da pesquisa para a elaboração desse trabalho, será no município de São João do Arraial-Pi, em uma escola que atende os alunos do campo e da cidade. Localizada na zona urbana. Atende alunos público alvo do ensino fundamental anos finais do (6º ao 9º ano), no período vespertino e matutino, e alunos da educação de jovens e adultos (EJA). Nessa modalidade, são aproximadamente 40 alunos, no geral, a instituição atende 435 alunos. Vale ressaltar, que mesmo a escola fazendo parte da zona urbana da cidade de São João do Arraial-Pi, o público atendido na escola, na sua maioria, são alunos do campo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

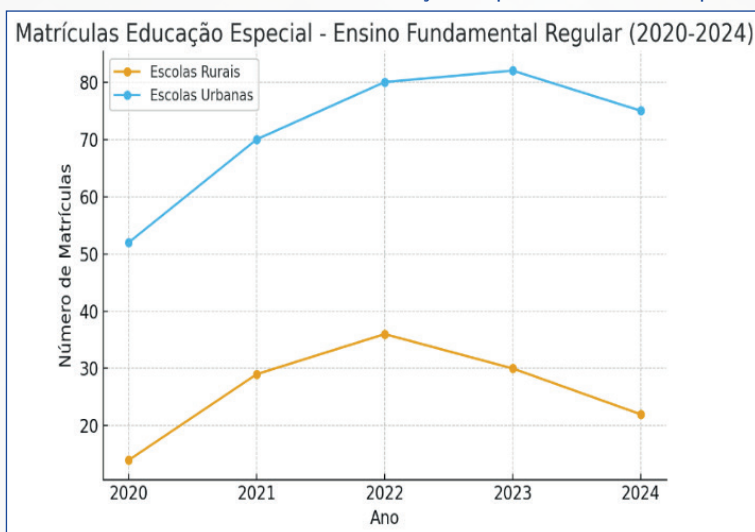
Ao observar os dados relacionados a educação especial do município de São João do Arraial, Piauí, entre os anos de 2020 e 2024, observa-se um crescimento inicial no número de matrículas da Educação Especial, tanto em escolas urbanas quanto em escolas rurais, seguido de uma queda nos anos mais recentes. Conforme pode-se observar abaixo.

Observa-se nos dados, uma queda nas matrículas. Nas escolas urbanas, o número passou de aproximadamente 50 matrículas em 2020, para um pico de 82, em 2023, com leve redução em 2024, (cerca de 75). Já nas escolas rurais, houve aumento de 15 matrículas em 2020, para 36 alunos, em 2022, mas o número caiu novamente para 22 matrículas, em 2024.

Esses dados revelam que, embora tenha havido avanços na ampliação da inclusão escolar, ainda existem oscilações e uma redução recente

que merece atenção, sobretudo no campo, onde a oferta é mais limitada e vulnerável a quedas. Nesse sentido, indaga-se os motivos que levaram a constante queda no número de matrículas na educação especial nos últimos anos. Para onde estão indo nosso público da educação especial? Por que tiveram que sair do município? Tais reflexões, remete-se a outros fatores que circundam a permanência e acesso a uma educação inclusiva, como atendimentos com equipes especializadas, acessibilidade, falta de políticas públicas que amparem a pessoa com deficiência e suas famílias.

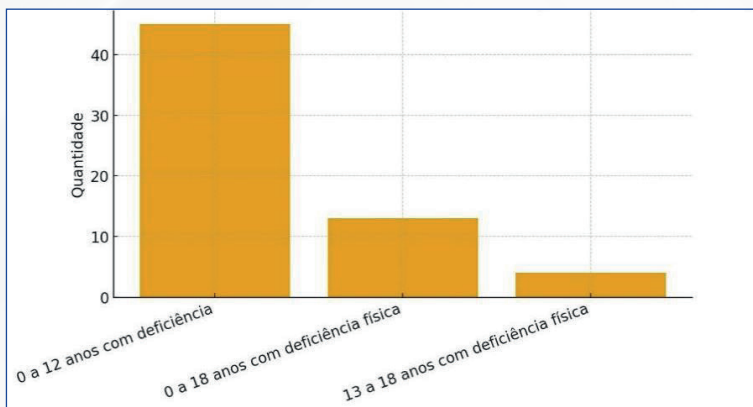
**Gráfico 01** :Matrículas da Educação especial no município



**Fonte:** Arquivo pessoal, 2025

Esses dados revelam que a maior parte da demanda educacional, está concentrada no meio urbano, embora também haja presença de estudantes da Educação Especial no campo, o que reforça a necessidade de políticas voltadas à inclusão e à valorização da educação no meio rural. Vejamos o demonstrativo do gráfico a seguir:

**Gráfico 2-** Total de Crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 12 anos em S.J.A (2025)



**Fonte:** Elaborada pela autora da pesquisa, setembro 2025

De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de São João do Arraial, o município possui atualmente 45 crianças, de 0 a 12 anos, com algum tipo de deficiência, além de 13 adolescentes na faixa etária de 13 a 18 anos, registrados no sistema e-SUS. Esses números, permitem compreender a dimensão da demanda por políticas de atenção à pessoa com deficiência na região.

Entre as principais dificuldades apontadas pela gestão municipal de saúde, destacam-se a escassez de profissionais especializados, a carência de recursos de apoio adequados e os obstáculos relacionados ao transporte, que acabam por limitar o acesso efetivo aos serviços de saúde. Confirmando os dados já obtidos nos levantamentos realizados ao longo da pesquisa, sobre as dificuldades encontradas para a inclusão do público da educação especial.

No que se refere às políticas públicas, observou-se que as ações municipais incluem o acompanhamento nas Unidades Básicas de Saúde, encaminhamentos para serviços especializados ofertados pelo SUS, além da implementação de programas de reabilitação, prevenção e promoção da acessibilidade nos serviços de atenção básica. Tais iniciativas, embora relevantes, ainda enfrentam desafios para garantir atendimento integral e contínuo às pessoas com deficiência no município. Segundo Crespi, Noro

e Nóbile (2023, p. 3), “a Primeira Infância, período que compreende os seis primeiros anos de vida, é uma etapa da vida na qual se observam intensas alterações na estrutura e no funcionamento cerebral”.

As dificuldades relatadas pela secretaria, destacam-se a escassez de profissionais especializados, a carência de recursos de apoio e a falta de transporte adequado, fatores que comprometem a qualidade e a continuidade do atendimento. Esse cenário, evidencia limitações estruturais comuns a municípios de pequeno porte, principalmente em áreas rurais.

Quanto às políticas públicas municipais, foi relatado que há esforços por meio do acompanhamento nas Unidades Básicas de Saúde, encaminhamentos para serviços especializados via SUS, além de ações de reabilitação, prevenção e promoção da acessibilidade. No entanto, percebe-se que tais medidas, embora importantes, ainda esbarram na falta de estrutura local e na dependência de serviços externos.

De acordo com as informações levantadas junto à Secretaria Municipal de Saúde, as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência estão em funcionamento no município, sobretudo por meio da atuação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), encaminhamentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e programas de reabilitação e prevenção. Entretanto, a efetividade dessas ações ainda encontra limitações, como a escassez de profissionais especializados e a falta de recursos adequados. Como destaca Mendes (2018, p. 45), “as políticas inclusivas no Brasil avançaram em termos legais, mas sua concretização no cotidiano escolar e social ainda enfrenta sérios desafios”. Dessa forma, percebe-se que as políticas existem, mas sua aplicação não ocorre de forma plena e universal.

Embora haja esforços para garantir atendimento a todas as pessoas com deficiência, nem sempre a cobertura é efetiva. Em muitos casos, parte da população encontra dificuldades de acesso devido às barreiras físicas, geográficas e estruturais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) assegura que todos os estudantes devem ter garantido o direito à educação em classes comuns do ensino regular, com

os apoios necessários, mas na prática ainda há exclusões. Como aponta Silva (2020, p. 102), “o direito legal nem sempre corresponde ao direito real, pois as desigualdades regionais dificultam a universalização do atendimento inclusivo”. Assim, conclui-se que, apesar dos esforços, nem todos são plenamente contemplados pelas políticas já existentes.

De acordo com a Secretaria de Educação, as políticas desenvolvidas no município seguem a orientação da legislação nacional, incluindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a matrícula em classes comuns e a promoção da acessibilidade nos espaços escolares. Além disso, existe a preocupação com a formação de professores e o acompanhamento pedagógico especializado.

Essas medidas estão em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e com a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008). Como ressalta Mantoan (2015, p. 23), “a inclusão escolar só se efetiva quando a escola se reorganiza para atender às diferenças, e não quando o aluno deve se adaptar a uma estrutura excludente”. Portanto, mesmo diante dos avanços legais e institucionais, a implementação prática ainda demanda investimentos em recursos humanos, infraestrutura e ações intersetoriais.

Assim, observa-se que há um descompasso entre as necessidades da população com deficiência e a capacidade de resposta do município, o que reforça a importância de investimentos em recursos humanos especializados e infraestrutura acessível, a fim de garantir um atendimento mais inclusivo e eficaz.

A educação especial inclusiva no contexto das escolas do campo, enfrenta inúmeros desafios que evidenciam a distância do que é assegurado e previsto em lei e mesmo com a asseguuração dessas leis previstas na legislação brasileira de 1988, onde aborda no seu Art. 205 e Art. 208 III- “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

A realidade aponta, que a base legal reafirma os direitos de todos os cidadãos à educação e inclusão sobre os direitos de pessoas com deficiência, muitos tem dificuldade de acessá-las, pois, somente mediante apresentação de laudos as escolas podem solicitar recursos e melhorias para atender a comunidade escolar com deficiência, e ainda mesmo com a apresentação destes laudos os direitos ainda são negados em alguns casos.

Ao discutir as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes no município, para desenvolver o trabalho pedagógico junto às crianças, emergem diferentes perspectivas que revelam tanto avanços quanto desafios persistentes. Observa-se que, embora haja reconhecimento de melhorias, especialmente relacionadas ao suporte ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, ainda se destacam entraves que impactam diretamente a qualidade do ensino e a inclusão dos alunos.

Entre os aspectos mencionados pelos participantes, aparecem questões estruturais, como a necessidade de ambientes mais adequados para atender crianças com dificuldades específicas, bem como, a falta de adaptações físicas e materiais nas escolas. Outro ponto recorrente, diz respeito ao número insuficiente de profissionais de apoio, como monitores e equipes multidisciplinares, o que limita a oferta de um atendimento mais individualizado e especializado. Além disso, a superlotação das turmas é percebida como um fator crítico, uma vez que compromete a atenção dada a cada estudante e dificulta a implementação de estratégias diferenciadas de ensino. Como demonstra a fala dos participantes da pesquisa:

*“Agora nem tanto pois tem suporte muito bom da secretaria municipal de educação, e alguns casos existe a resistência dos pais.” (Rubi,2025)*

*“Sim porque precisa de mais ambiente para crianças com dificuldades.” (Esmeralda,2025)*

*“O maior problema que percebo desde que comecei a trabalhar no município são as turmas superlotadas, o que dificulta bastante.” (Diamante,2025)*

*“Estrutura e adaptações.” (Opala 1,2025)*

*“Temos apenas 2 monitores na escola para essa demanda. Acredito que se houvesse profissionais e equipe multidisciplinar voltada para isso seria o ideal.” (Opala 2,2025)*

Os relatos dos professores evidenciam desafios diários no atendimento dos estudantes com deficiência. Foi destacado a resistência de alguns familiares, as turmas superlotadas, ausência de adaptações na estrutura física das escolas mostrando que essas questões revelam a distância entre os direitos assegurados e a realidade escolar vivenciada na prática.

Ao se tratar da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, observa-se que muitos docentes ainda apresentam limitações decorrentes de uma formação inicial pouco abrangente. A qualificação profissional voltada especificamente para a área da educação especial é restrita, o que compromete a prática pedagógica inclusiva. De acordo com dados do Painel de Indicadores da Educação Especial, atualizado com informações do Censo Escolar de 2023, revelam que aproximadamente 94% dos professores regentes não possuem formações continuada em educação especial, enquanto apenas cerca de 44% dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) têm capacitação específica na área.

Outro obstáculo é a superlotação das salas de aula, que dificulta o atendimento individualizado. Nessa realidade, os docentes precisam dividir sua atenção entre todos os estudantes, o que torna inviável oferecer o suporte necessário aos alunos público-alvo da educação especial. Essa limitação não ocorre por negligência, mas pela impossibilidade prática de atender a todos de forma adequada, resultando em uma educação que muitas vezes favorece apenas aqueles que conseguem se sobressair diante das adversidades cotidianas do contexto escolar.

Essa lacuna na formação docente, decorre da limitada oferta de cursos voltados à educação inclusiva, da ausência de políticas estruturadas de formação continuada e da falta de valorização profissional, especialmente em municípios menores. Como consequência, muitas escolas não

contam com professores de apoio, psicólogos, terapeutas ocupacionais ou intérpretes de Libras, e grande parte dos estudantes é atendida em instituições especializadas, ONGs ou em cidades vizinhas.

Vale lembrar, o compromisso assumido pelo município através da Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME ) de São João do Arraial, de N° 001/2023 de 30 de março de 2023, em seu artigo 7ª, que reafirma o que traz a LDB (1996), sobre a responsabilidade das secretarias municipais de educação em “articular, atualizar e executar o Plano de Formação Permanente dos Profissionais da Educação com o fim de atender as necessidades específicas de formação para cada nível ou modalidade da Educação Básica” (Decreto 001/2023). Dessa forma, percebe-se que a legislação municipal busca alinhar-se às diretrizes nacionais, reforçando o papel estratégico da formação docente como condição essencial para a efetivação de uma educação inclusiva.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), tem buscado suprir essa demanda com cursos a distância, como “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que abordam direitos humanos, currículo adaptado e práticas pedagógicas inclusivas. Contudo, apesar dessas iniciativas, os dados indicam que ainda há um longo caminho a percorrer para que a formação docente acompanhe o crescimento da matrícula de estudantes com deficiência, tornando a inclusão escolar efetiva e de qualidade (Brasil, 2015; Diversa,2023). essa carência formativa evidencia um dos principais desafios para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva no país.

No que diz respeito à formação continuada, observa-se que os professores do município participam de capacitações ligadas a programas estaduais e federais, como o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). No entanto, a maioria dessas formações não é voltada especificamente para a área da educação especial, o que limita a preparação dos

docentes para atender de maneira adequada os estudantes público-alvo da educação inclusiva.

Dessa forma, a ausência de cursos regulares e aprofundados sobre o tema representa um dos principais desgastes para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas, impossibilitando a adequação da formação docente.

Quanto às políticas municipais, São João do Arraial ainda não possui uma proposta curricular própria que contemple de forma detalhada a formação de professores voltada para a inclusão. O município segue, principalmente, as diretrizes estaduais e nacionais, como o Documento Curricular do Piauí, que já incorpora princípios inclusivos. Embora essa integração seja importante, a inexistência de uma política local específica pode comprometer a consolidação de práticas inclusivas contextualizadas com a realidade do município.

O que rege a educação no município é o Plano Municipal de Educação de São João do Arraial, aprovado em 2015 pela Lei Municipal nº 05/2015, com vigência até 2025, conforme registro do Conselho Municipal de Educação local. De acordo com a Meta 04, uma das principais estratégias consiste na universalização do acesso, assegurando que todas as crianças e jovens de 0 a 17 anos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham garantido o direito à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE). Tal meta, está em consonância com o que preveem a LDB (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE), reforçando o princípio da inclusão escolar como dever do Estado e direito inalienável do estudante. Contudo, esse acesso ainda se mostra frágil quando analisado de forma criteriosa, uma vez que as políticas locais são quase inexistentes para assegurar a efetividade desse direito (São João do Arraial, 2022).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece, em seu artigo 28, inciso XI, que o poder público deve assegurar o acesso ao transporte escolar acessível. Isso significa que os estudantes com deficiência têm direito a veículos adaptados que

garantam segurança, mobilidade e condições adequadas de deslocamento entre casa e escola.

No contexto municipal, esse direito representa um desafio adicional, pois exige investimentos em frota adaptada e manutenção constante para assegurar a plena participação dos alunos na vida escolar. Atualmente no município, esse direito é limitado tanto em vista que menos da metade dos ônibus escolares não são adaptados, fazendo com que esse direito aos alunos com deficiências físicas, tenha uma maior limitação a até o local da escola, enfrentando obstáculos maiores quando se trata de acesso a escolas do campo, visto que além do acesso a ônibus adaptados limitados, não possui monitores suficientes para acompanhar os alunos aos seus destinos, trazendo assim um risco maior aos estudantes, evidenciando também a falta de recursos de apoio essenciais, como materiais pedagógicos, equipamentos de segurança e ferramentas de supervisão, cuja presença é fundamental para garantir um acompanhamento adequado e a segurança dos alunos.

Ao observar o contexto educacional do município, percebe-se que os desafios enfrentados pela rede de ensino não se restringem apenas à falta de recursos e de profissionais especializados, mas envolvem também aspectos culturais e atitudinais. Ainda há uma visão limitada acerca da inclusão, muitas vezes compreendida apenas como o ato de matricular o aluno com deficiência na escola regular. No entanto, a inclusão vai além da presença física: ela requer pertencimento, participação ativa e aprendizagem significativa. Conforme ressalta Mantoan (2003, p. 41), “incluir é transformar a escola para todos, e não adaptar o aluno a um modelo excludente de ensino”.

Nesse sentido, é essencial repensar o papel da escola enquanto espaço de construção social e cultural. A inclusão precisa ser compreendida como um princípio pedagógico que orienta todas as ações educativas, desde o planejamento até a avaliação. Isso implica em promover um currículo flexível, acessível e centrado nas potencialidades de cada estudante. A escola inclusiva é aquela que reconhece a diversidade como elemento

constitutivo da prática pedagógica e não como exceção que precisa ser “resolvida”.

Outro ponto relevante ,diz respeito à necessidade de se investir em políticas de sensibilização e formação humana. Muitos dos entraves à inclusão decorrem da falta de informação e do preconceito ainda presente no cotidiano escolar. Dessa forma, promover palestras, rodas de conversa e campanhas educativas voltadas à comunidade escolar pode contribuir para a desconstrução de estigmas e o fortalecimento de uma cultura de respeito às diferenças. Além disso, ações de conscientização junto às famílias são fundamentais para que o processo de inclusão aconteça de forma compartilhada e colaborativa.

É igualmente importante destacar a relevância da avaliação pedagógica inclusiva, entendida como um processo contínuo, formativo e qualitativo. Avaliar, nesse contexto, não deve se restringir à mensuração de resultados, mas deve considerar os avanços individuais de cada estudante, reconhecendo suas formas próprias de aprender e se expressar. Como afirma Luckesi (2018, p. 78), “avaliar é um ato amoroso e político, que exige compromisso com o crescimento do outro”. Assim, torna-se necessário repensar os instrumentos avaliativos utilizados, valorizando registros descritivos, portfólios e observações sistemáticas como formas legítimas de acompanhamento do desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Além disso, a ampliação do número de salas de recursos multifuncionais e o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são medidas imprescindíveis para consolidar a inclusão no município. O AEE deve funcionar de maneira articulada com o ensino regular, contribuindo para a eliminação de barreiras e a adaptação de recursos pedagógicos. No entanto, para que esse serviço seja efetivo, é preciso garantir condições adequadas de funcionamento, carga horária suficiente e profissionais com formação específica na área.

Outro aspecto que merece atenção é a importância das parcerias institucionais. O município pode buscar colaborações com universidades

públicas, institutos federais e centros de reabilitação, visando oferecer cursos de extensão, estágios supervisionados e assessorias pedagógicas voltadas à inclusão. Essas parcerias não apenas fortalecem o trabalho docente, como também ampliam o acesso dos estudantes a recursos e serviços especializados, contribuindo para a melhoria da qualidade educacional.

Do ponto de vista político-administrativo, a inclusão precisa ser tratada como prioridade no planejamento orçamentário municipal. A falta de investimentos contínuos compromete diretamente a execução das ações previstas nas legislações vigentes. É necessário que as gestões municipais insiram metas de acessibilidade, formação e infraestrutura nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nos Planos Plurianuais (PPA), assegurando recursos destinados exclusivamente à educação especial na perspectiva inclusiva.

Por fim, cabe destacar que a efetivação da inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor ou da escola, mas de toda a sociedade. Construir uma rede de apoio sólida, que envolva famílias, comunidade, profissionais da saúde, da assistência social e da educação, é condição essencial para a superação das desigualdades e a consolidação de uma educação pública de qualidade para todos.

Como conclui Freire (1996, p. 89), “a inclusão é um ato de amor e coragem, porque implica reconhecer o outro em sua inteireza e lutar para que ele tenha voz, vez e dignidade”. Assim, garantir o direito à educação das pessoas com deficiência é mais do que cumprir uma obrigação legal, é reafirmar o compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final desse escrito, faz-se necessário retomar a questão inicial que provocou a pesquisadora a realizar a essa investigação, buscando compreender quais os desafios enfrentados pelos professores na educação

especial em escolas do campo, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Em torno dessa problemática, passou-se alguns meses de dedicação e estudos para uma melhor implementação na pesquisa.

Assim, resgatamos ainda, as principais dificuldades enfrentadas por professores ao atender estudantes com necessidades especiais em escolas do campo 6º ao 9º ano do ensino fundamental, o estudo evidenciou que a implementação da educação especial nas escolas do campo, do 6º ao 9º ano, enfrenta múltiplos desafios que vão desde a falta de recursos pedagógicos adaptados, formação insuficiente dos docentes e ausência de equipes de apoio qualificadas, até barreiras físicas e limitações estruturais das próprias escolas.

Apesar dessas dificuldades, foram identificadas estratégias eficazes, como adaptações curriculares, atividades diferenciadas, uso de recursos visuais e lúdicos, além do planejamento individualizado por meio do PEI (Plano Educacional Individualizado), que contribuem para promover a aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência.

No que refere-se as condições de acessibilidade física e pedagógica oferecidas nessas escolas 6º ao 9º ano do ensino fundamental, os achados apontaram que falta ainda a acessibilidade em grande escala no município, pois, ainda encontra-se muito restrito, considerando que inclusão vai além do aspecto pedagógico, envolvendo questões sociais, como o fortalecimento de vínculos entre alunos, professores e comunidade escolar, e políticas públicas que garantam acessibilidade, equidade e direitos educacionais

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social.** São Paulo, SP: Atlas. 1999. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, S. M. A. V.; MEDEIROS, J. M.; MEROTO, M. B. das N. **Práticas pedagógicas inclusivas e tecnologias: o caminho para o processo de aprendizagem.** São José dos Pinhais, PR: Editora Contemporânea, 2024.

SCHVARTZ, M. R. M. **Os Desafios da Educação Especial Nas Escolas Do Campo. Trabalho Conclusão do Curso - (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo),** Centro de Ciências da Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, p. 49, 2021.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação.** 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2002. LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2018.